



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1.004/2023

Processo Administrativo nº E:02100.0000006563/2021

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Secretaria de Estado de Segurança Pública, por meio do Pregoeiro e equipe de apoio designados pela Portaria nº 0387/2023, publicada no Diário Oficial do Estado de Alagoas de 16 de fevereiro de 2023, sediada na Rua Zadir Índio nº 213 CEP. 57020-480, Centro, Maceió - AL realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento menor preço por item, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 68.118, de 31 de outubro de 2019, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas no Edital.

Data da sessão: 14/07/2023

Horário: 10:00H – Horário de Brasília

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

1. DO OBJETO

1.1 O objeto da licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a Contratação de pessoa jurídica para execução de Curso de Saúde Mental e Qualidade de Vida na Segurança Pública, com carga horária de 40h/a para 80 policiais militares, conforme condições, quantidades e exigências a seguir estabelecidas no Edital e seus anexos.

1.1. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observadas as exigências contidas no Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Estado de Alagoas para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 19563/ 190563

Fonte: 0713 -Transferência Fundo a Fundo de Recursos do Fundo de Segurança Pública – FSP;

Programa de Trabalho: PT:06.122.0006.3026 -Valorização dos Profissionais de Segurança Pública;

Elemento de Despesa: 33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros – PJ

Grupo: sub elemento 05 - Serviços Técnicos Profissionais

PI: 210



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar do Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular.

4.1.1. Em relação ao item 01, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2. que não atendam às condições do Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.3.5. que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.3.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.3.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público –OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.3.8. Instituições sem fins lucrativos;

4.3.8.1. É admissível a participação de organizações sociais, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei 9.637, de 1998, desde que os serviços objeto da licitação se insiram entre as atividades previstas no Contrato de Gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão nº 1.406/2017- TCU-Plenário), mediante apresentação do Contrato de Gestão e dos respectivos atos constitutivos;

4.3.9. Sociedades cooperativas.



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

4.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante registrará, em campo próprio do sistema eletrônico, as seguintes declarações:

4.4.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.4.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.4.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.4.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.4.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.6. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.7. que está ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da sua empresa, atende às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 1991.

4.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e no Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista e à qualificação econômica financeira, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total;

6.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital.

6.3.1. A contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3.2. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea “b” do inciso I do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3.3. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

6.3.3.1. Cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

6.3.3.2. Cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá imediata glosa, quando do pagamento, ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

6.3.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

6.3.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

6.4. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.7. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

6.7.1. O descumprimento das regras supramencionadas por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa Contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicado no Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 1% (Um por cento).
- 7.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 7.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 7.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 7.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro;
- 7.15.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 7.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente depois de decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no *chat*.
- 7.20. O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido no Edital e seus anexos.
- 7.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.22. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

7.23. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.24. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.25. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.26. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.28. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

7.28.1. Prestados por empresas brasileiras;

7.28.2. Prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.28.3. Prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.29. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no Edital.

7.30.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.30.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados.

7.31. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao máximo aceitável para contratação, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 20 do Decreto n.º 68.118, de 2019.



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

- 8.2. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.
- 8.3. A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante melhor classificado exclusivamente via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.
- 8.4. A inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.
- 8.5. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que:
- 8.5.1. Não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;
 - 8.5.2. Contenha vício insanável;
 - 8.5.3. Não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;
 - 8.5.4. apresentar preço final superior ao preço máximo aceitável fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 8.6. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 8.6.1. Seja insuficiente para a cobertura dos custos da contratação ou apresente preços total ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;
 - 8.6.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 8.7. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.8. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexecuibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.
- 8.9. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 8.10. Na hipótese de necessidade de realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 8.11. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.11.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

8.11.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

8.12. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

8.13. O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação.

8.14. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta; a planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço proposto.

8.14.1. Considera-se erro no preenchimento da planilha a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, exceto para atividades de prestação de serviços previstas nos §§5º-B a 5º-E do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

8.14.2. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.15. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.16. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.17. O Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no Edital.

8.17.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, deverá negociar com o licitante para que seja obtida melhor proposta.

8.17.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.18. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.19. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto no Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. SICAF;

9.1.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União;



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

9.1.3. Cadastro das Empresas Inidôneas, Suspensas e Impedidas do Estado de Alagoas – CEIS, mantido pela Controladoria Geral do Estado de Alagoas.

9.1.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.4.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.4.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.4.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.5. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.6. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista e à qualificação econômica financeira.

9.2.1. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos do Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8. Habilitação jurídica:

9.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.8.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social;

9.9.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.6.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.9.7. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.10. Qualificação Econômico-Financeira:



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

9.10.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

9.10.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.2.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.2.2. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social;

9.10.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.11. Qualificação Técnica:

9.11.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto da licitação, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.11.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com os seguintes aspectos:

9.11.1.1.1. Características: Curso com temática relacionada à Saúde Mental e Qualidade de Vida;

9.11.1.1.2. Quantidades: no mínimo, até 50 % (cinquenta por cento) da quantidade do objeto licitado;

9.11.1.1.3. Prazos: no máximo, 50% (cinquenta por cento) superior ao prazo de execução do objeto licitado.

9.12. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

9.12.1.1. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou, se em execução, desde que decorrido, pelo menos, o prazo exigido no subitem 9.11.2.1.3.;

9.12.1.2. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.12.1.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

9.12.2. Declaração de que tem pleno conhecimento das informações, condições e peculiaridades inerentes à natureza do serviço e ao local de sua execução, que assume total responsabilidade por esse fato e que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a Contratante.

9.12.2.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 07:00horas às 12:00horas.

9.12.2.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

9.12.2.3. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa, comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

9.12.2.4. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, *pen-drive*, ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

9.12.2.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

9.13. Declaração de Cota de Aprendizagem:

9.13.1. Declaração de Cumprimento de Cota de Aprendizagem – DCCA, conforme o art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, acompanhada da última informação do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), ou do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial, e do número de contratação de jovens aprendizes.

9.13.1.1. Ficam liberadas de apresentar DCCA e documentos complementares as microempresas e empresas de pequeno porte.

9.14. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.15. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.15.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

9.16. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.17. A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas no Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.18. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.19. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido no Edital.

9.20. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.21. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

10.1.2. Apresentar a Planilha de Custos e Formação de Preços, devidamente ajustada ao lance vencedor;

10.1.3. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor total em algarismos e por extenso.

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço total, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto do Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos do Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de, no mínimo, trinta minutos para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento, o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação;

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante no Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123, de 2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará de acordo com a fase do procedimento licitatório.



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a contratação.

15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital.

15.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica o reconhecimento de que:

15.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

15.3.2. A Contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.3.3. A Contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

15.4. A contratação tem prazo de vigência até 31 de dezembro do corrente ano, contado da data de publicação do extrato contratual no Diário Oficial do Estado, a partir de quando as obrigações assumidas pelas partes serão exigíveis, sendo prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta ao SICAF e aos demais cadastros previstos no subitem 9.1. do edital, para identificar eventual proibição da licitante adjudicatária de contratar com o Poder Público.

15.5.1. Na hipótese de irregularidade, a Contratada deverá regularizar a sua situação no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

15.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções e demais cominações legais cabíveis, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação das condições de habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

16. DO REAJUSTE

16.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência.

17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

17.1. As regras acerca do recebimento do objeto e da fiscalização do contrato são as estabelecidas no Termo de Referência.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

19. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

19.1. As regras acerca do modelo de gestão do contrato e dos critérios de medição e pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Pratica ato ilícito, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante ou a Contratada que:

20.1.1. Não assinar o contrato ou a ata de registro de preço;

20.1.2. Não entregar a documentação exigida no edital;



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

20.1.3. Apresentar documentação falsa;

20.1.4. Causar o atraso na execução do objeto;

20.1.5. Não mantiver a proposta;

20.1.6. Falhar na execução do contrato;

20.1.7. Fraudar a execução do contrato;

20.1.8. Comportar-se de modo inidôneo;

20.1.9. Declarar informações falsas; e

20.1.10. Cometer fraude fiscal.

20.2. As sanções do subitem 20.1. também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

20.3. A prática de ato ilícito sujeita o infrator à aplicação das seguintes sanções administrativas, sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, e do Decreto nº 68.119, de 2019:

20.3.1. Impedimento de licitar e contratar com o Estado de Alagoas e descredenciamento nos seus sistemas cadastrais de fornecedores, por prazo não superior a 5 (cinco) anos; e

20.3.2. Multa.

20.4. A multa pode ser aplicada isolada ou cumulativamente com as sanções de impedimento de licitar e contratar com o Estado de Alagoas e descredenciamento nos seus sistemas cadastrais de fornecedores, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

20.5. Se, durante o processo de aplicação de sanção, houver indícios de prática de ato ilícito tipificado pela Lei nº 12.846, de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

20.5.1. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Estadual resultante de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.6. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do infrator, o Estado de Alagoas ou a Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.7. A aplicação de qualquer das sanções previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante ou à Contratada, observando-se o procedimento previsto no Decreto nº 68.119, de 2019, e subsidiariamente na Lei nº 6.161, de 2000.

20.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e a gravidade do ato ilícito cometido, os danos que o cometimento do ato ilícito ocasionar aos serviços e aos usuários, a vantagem auferida em virtude do ato ilícito, as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes e os antecedentes do infrator, observado o princípio da proporcionalidade.

20.9. As sanções serão obrigatoriamente registradas no Cadastro das Empresas Inidôneas, Suspensas e Impedidas do Estado de Alagoas – CEIS.



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 21.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o Edital.
- 21.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail pregoes.sspal@gmail.com, ou por petição dirigida ou protocolada na Rua Zadir Índio, 213, Centro, Maceió/AL, CEP 57020-480.
- 21.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 21.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 21.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via Internet, no endereço indicado no Edital.
- 21.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- 21.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 21.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 21.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 22.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 22.2. Não havendo sido informada data e horário, ou não continuada a sessão na data e horário informados, o reinício da sessão somente ocorrerá depois da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes no *chat* e no Diário Oficial do Estado, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis.
- 22.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 22.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 22.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 22.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 22.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

22.8. Na contagem dos prazos estabelecidos no Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observado os princípios da isonomia e do interesse público.

22.10. Em caso de divergência entre disposições do Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as do Edital.

22.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br e também poderão ser lidos ou obtidos na Secretaria de Estado da Segurança Pública, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 17:00 horas.

22.12. Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Sistema Eletrônico de Informações do Estado de Alagoas – SEI! Alagoas (<https://portal.sei.al.gov.br/>).

22.13. Integram o Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

22.13.1. ANEXO I - Termo de Referência com planilha de composição de custos;

22.13.2. ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato;

Município de Maceió, 23 de junho de 2023.

José Wagner de Assis da Silva
Presidente da Comissão de Licitação



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA – SERVIÇOS NÃO CONTINUADOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº (...)/(20...)

Processo Administrativo nº (...).

1. DO OBJETO

2. Contratação de pessoa jurídica para execução de Curso de Saúde Mental e Qualidade de Vida na Segurança Pública, com carga horária de 40h/a para 80 policiais militares, conforme condições, quantidades e exigências a seguir estabelecidas:

Item	CATMAT/ CATSER	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade
01	17663	Curso aperfeiçoamento, especialização profissional. Descrição Complementar: Curso de Saúde Mental e Qualidade de Vida na Segurança Pública	Unidade	01

1.2. A contratação adota como regime de execução a empreitada por preço global com pagamento total (100%) ao final da execução do objeto, com a entrega da documentação comprobatória da realização do Curso: Relatório Geral que apresente um compilado com informações resumidas da execução do objeto e contendo as atas de encerramento de cada turma do Curso com descrição detalhada do cumprimento do objeto, fichas de inscrição, frequências, requerimento de desistência (caso haja), fotos coloridas, tabulação da avaliação do curso e modelo da prova com gabarito, conforme modelos em anexos e sob aprovação do gestor do contrato.

1.3. A contratação tem prazo de vigência até 31 de dezembro do corrente ano, contado da data de publicação do extrato contratual no Diário Oficial do Estado, a partir de quando as obrigações assumidas pelas partes serão exigíveis, sendo prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

2.DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. De acordo com dados da literatura sobre características da cultura policial, sabe-se que há processos de subjetivação na mesma que reforçam crenças em torno de uma suposta invulnerabilidade do policial, trazendo-lhe um ideal de força e coragem e levando-o a enxergar seus medos e sofrimentos psíquicos como fraquezas a serem escondidas e/ou negadas. Associado a isso, o próprio cotidiano do trabalho policial, marcado por uma rotina de convívio com riscos, pressões, pouco reconhecimento por parte da sociedade e pelo contato constante com a morte e com a violência, predispõem o policial, naturalmente, a quadros de adoecimentos físico e mental. Em se tratando das polícias militares, somam-se a tais questões, ainda, as rotinas diárias pouco flexíveis, advindas de uma formação pautada na hierarquia e na disciplina. (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2020, p.80).

A dimensão do trabalho tem um papel decisivo no processo saúde-transtorno mental, possibilitando tanto o fortalecimento da saúde mental quanto sua fragilização, ocasionando, assim, o surgimento de distúrbios coletivos e individuais. (Seligmann-Silva, 2011, p. 35). O estresse costuma ser muito comum na profissão policial, como mostra o excerto abaixo:



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

“Vários estudos a partir da perspectiva do estresse vêm sendo realizados, analisando os impactos do trabalho sobre a saúde dos policiais. O conteúdo violento do trabalho policial, o contato rotineiro com a morte e a violência e a constante pressão das responsabilidades são considerados elementos do cotidiano de trabalho causadores de danos à saúde dos policiais”. (Amir, 1995 in Silva, 2015, p.187)

Ainda conforme Silva (2015), com base em Pesquisa de Saúde, Segurança no Trabalho e Qualidade de Vida dos/as Operadores/as de Segurança Pública do Estado de Alagoas – QVTSP-AL, a incidência de estresse ocupacional em agentes de segurança pública no Estado de Alagoas é significativo, havendo um índice percentual ainda maior na classe de policiais militares. Tais dados são indicativos da vulnerabilização da saúde do policial militar e da importante propensão desses agentes ao desenvolvimento de doenças ocupacionais decorrentes desse contexto.

De acordo com informações de estatísticas das Divisões de Juntas Médicas da Diretoria de Saúde da PMAL referentes aos meses de junho/2020 a dezembro/2020, os transtornos mentais e comportamentais, compreendidos como CID F, conforme a Classificação Internacional de Doenças 10ª edição, ocuparam a primeira posição entre as causas de afastamentos laborais de policiais militares.

Ainda consoante dados da Junta Médica da PMAL, que detalhou também o número de dispensas médicas e os transtornos respectivos, do percentual total de afastamentos por CID F nos meses citados, o transtorno com maior prevalência foi o CID-10: F 41.1 (Ansiedade generalizada), seguido pelo CID-10: F 41.0 (Transtorno de pânico), que podem sugerir relação com o dia a dia policial militar, permeado por agentes estressores e fatores de risco à saúde mental do profissional.

Outro dado que se destaca de forma preocupante entre policiais é o aumento da taxa de suicídio. Com base no Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2019), tal elevação não pode ser interpretada como algo pontual ou aleatória, devendo ser relacionada ao cotidiano de trabalho dos agentes de segurança, aos papéis que lhes são designados e às políticas públicas de segurança, que se mostram ainda frágeis e incipientes.

Em tabela mencionada pelo mesmo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2019), mostrando os números de suicídios de policiais civis e militares, verifica-se que em 2018, Alagoas ocupou a 6ª posição entre os Estados brasileiros e a 1ª entre os Estados do Nordeste do País em números absolutos de suicídios de policiais militares, o que é um dado significativo que, somado aos demais acima referidos, ratificam a necessidade de investimentos da PMAL em ações voltadas à prevenção e cuidados com a saúde mental a fim de minimizar o adoecimento da tropa.

Além dos aspectos mencionados anteriormente referentes ao dia a dia do policial militar e que são preocupantes, há que se frisar também os impactos inerentes à pandemia de Covid-19 e que afetaram de forma significativa a rotina desse profissional de segurança pública, levando-o a ter que se adaptar ao aumento de demanda com redução de recursos, uma vez que houve modificações nas dinâmicas do crime e da violência, desde ocorrências de violência doméstica até as complexas envolvendo o crime organizado. Todo esse cenário, permeado de incertezas, isolamento social e sobrecarga de trabalho tem contribuído também para o aumento do sofrimento psíquico entre policiais militares. (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2020).

A Diretoria de Saúde da Polícia Militar de Alagoas (DS/PMAL) tem como missão prestar assistência à saúde dos policiais militares da Corporação e dos seus familiares. O conceito de saúde engloba aspectos biológicos, psicológicos e sociais e, portanto, a assistência psicológica tem papel importante na promoção da saúde do indivíduo.

O Centro Psicológico da DS oferece, prioritariamente, os serviços de psicoterapia aos policiais militares e seus familiares, bem como de avaliação psicológica do policial militar. O Centro Psicológico



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

também é responsável pelo acompanhamento dos policiais em casos de afastamento da atividade laboral que tenham como causa algum tipo de transtorno mental. Estes casos são identificados e encaminhados ao Centro Psicológico pela junta médica do hospital.

Os casos de licença para tratamento de saúde por motivo de adoecimento mental vêm crescendo significativamente nos últimos anos na PMAL. A preocupação com a realidade atual, que se apresenta não apenas no elevado número de dispensas médicas por transtorno mental, mas também pelo aumento dos índices de suicídio e de tentativa de suicídio por integrantes da Corporação, motivou a equipe do Centro Psicológico a estudar novas formas de intervenção no enfrentamento dessa problemática.

Desse modo, possibilidades de fomentar, junto à tropa, conhecimentos acerca de questões ligadas à saúde mental se fazem extremamente necessárias. Com isso, os policiais militares que compõem a PMAL poderão ampliar a percepção de si, analisar mais adequadamente os cenários pessoal e profissional nos quais se encontram, identificar previamente possíveis sintomas de adoecimentos mentais e comportamentais em curso tanto em si quanto nos seus pares, tornando-se, pois, facilitadores de práticas de prevenção e tratamento em saúde mental na Corporação.

Nesse sentido é que se propõe o Curso de Saúde Mental e Qualidade de Vida na Segurança Pública, objeto da presente contratação, apresentando-se como ação de prevenção ao adoecimento mental de policiais militares de Alagoas a ser realizado de acordo com a Matriz Curricular Nacional no que concerne à área temática de valorização profissional e saúde do trabalhador, conforme o descrito neste Termo de Referência.

3.DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo abrange:

3.1.1. Execução de 2 turmas do Curso de Saúde Mental e Qualidade de Vida na Segurança Pública para 80 (oitenta) participantes, com carga horária de 40h/aula cada turma.

3.1.2. A instituição a ser contratada deverá disponibilizar todo material, equipamentos, estrutura física e recursos humanos para realização de aulas teóricas na cidade de Maceió-Alagoas, com salas de aula compatíveis com a participação e acomodação de 80 alunos (40 em cada turma), proporcionando condições que promovam a otimização do processo de ensino-aprendizagem.

4.DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS COMUNS

4.1. A natureza do objeto a ser contratado é comum, nos termos do parágrafo único do Art. 1º da Lei 10.520, de 2002;

4.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

5.DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. A empresa contratada deverá comprovar ter prestado serviços na área de educação/treinamentos/capacitações profissionais, comprovados com declarações e atestados de capacidade técnica;

5.1.2. O objeto deste Termo de Referência é definido como “serviço não continuado”, pois a empresa contratada irá realizar a prestação de um serviço específico (duas turmas do Curso de Saúde



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Mental e Qualidade de Vida na Segurança Pública) em um período predeterminado de, no máximo, 02 (duas) semanas, sendo o contrato encerrado após a execução e a devida comprovação do mesmo;

5.1.3. Os profissionais que irão ministrar as aulas deverão ter formação de nível superior, com pós-graduação stricto sensu (mestrado ou doutorado) ou lato sensu (cursos de especialização) e experiência em docência, treinamentos e capacitações profissionais, ambos comprovados através de currículo, nas seguintes categorias profissionais: Psicólogo (CBO: 2515-10) que possua pós-graduação em uma dessas áreas: Saúde Mental, Psicopatologia, Neuropsicologia, Psicologia Forense; Médico Psiquiatra (CBO: 2251-33); Médico generalista (CBO: 2251-70) que possua pós-graduação em uma das seguintes áreas: Psiquiatria, Saúde Mental, Psiquiatria Forense;

5.1.4. As turmas do curso serão gerenciadas por um Coordenador Geral/ Pedagogo (CBO: 2394-15), que deverá ter formação em nível superior com experiência comprovada através de currículo em Coordenação de cursos educacionais/treinamentos/capacitações profissionais;

5.1.5. Para atender os requisitos especificados neste TR, o mercado possui várias empresas prestadoras de capacitações, treinamentos, cursos de aperfeiçoamento e especialização profissional;

5.1.6. Apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das informações, condições e peculiaridades inerentes à natureza do serviço e ao local de sua execução, que assume total responsabilidade por esse fato e que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a Contratante.

6.DA VISTORIA

6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, a licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhada por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 8 horas às 12 horas.

6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.3. Para a vistoria, a licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificada, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa, comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.4. Por ocasião da vistoria, à licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, pen-drive, ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

6.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7.DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Dentre outros, são documentos de habilitação compatíveis com as peculiaridades do objeto da licitação:

7.1.1. Atestados de capacidade técnica fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado que, comprovando aptidão para a execução de serviço em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto da licitação, digam respeito a contratos executados com os seguintes aspectos mínimos:

7.1.1.1. Características: Curso com temática relacionada à Saúde Mental e Qualidade de Vida;



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

7.1.1.2. Quantidades: no mínimo, até 50 % (cinquenta por cento) da quantidade do objeto licitado;

7.1.1.3. Prazos: no máximo, 50% (cinquenta por cento) superior ao prazo de entrega do objeto licitado.

8. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

8.1.1. A contratação tem prazo de execução de 90 dias, contados do efetivo recebimento da Ordem de Execução, e seguirá o seguinte cronograma físico-financeiro:

8.1.1.1. Apresentação do plano de trabalho pela contratada para aprovação da contratante: até 10 (dez) dias após Ordem de Execução;

8.1.1.2. Início do curso: até 20 (vinte) dias após aprovação do plano de trabalho pela contratante, podendo ser prorrogado por mais 5 (cinco) dias.

8.1.2. Realização do curso: Executar 02 (duas) turmas do Curso de Saúde Mental e Qualidade de Vida na Segurança Pública com 80 (oitenta) alunos no total, sendo 40 (quarenta) alunos em cada turma e carga horária de 40h (quarenta horas), distribuída em uma semana letiva, com no máximo 8 h/aula por dia, sendo realizado em aproximadamente 2 (duas) semanas (de segunda a sexta), preferencialmente no turno da manhã; com intervalo para coffee break, conforme especificado no Quadro de Trabalho Semanal, item 5, Anexo 1.

8.1.3. Compete ainda à Contratada:

8.1.3.1. Requerer dos discentes o preenchimento da ficha de inscrição (Anexo 3), devendo essas fichas serem anexadas à Ata de Encerramento do Curso;

8.1.3.2. Elaborar e apresentar ao contratante a Ata de Encerramento do Curso (Anexo 1), encadernada e em mídia, contendo todas as informações da capacitação, inclusive fotos coloridas (no mínimo 5 fotos por dia de Curso), devendo ser assinada e rubricada pela contratante e encaminhada em até 5 (cinco) dias úteis após o final do curso junto com a Nota Fiscal.

8.1.3.2.1 Se forem encontradas inconsistências na Ata de Encerramento, a empresa terá um prazo máximo de 48h para ajustes.

8.1.3.3. Providenciar para que os instrutores e toda equipe de coordenação compareçam ao local do curso com 30min de antecedência;

8.1.3.4. Distribuir os crachás, bem como todo material disponibilizado aos alunos, especificados no item 10.1.2, no primeiro dia de curso;

8.1.3.5. Controlar a frequência (Anexo 4) dos participantes em cada período da aula, incluindo-as na Ata de Encerramento do Curso, para futura prestação de contas, bem como fiscalizar e acompanhar possíveis evasões (abandono de curso) ou desistências, consignando tudo na Ata de Encerramento e com devido preenchimento do Requerimento de Desistência de Aluno (Anexo 6), para posterior análise e deliberação da Contratada;

8.1.3.6. Aplicar com os alunos, instrumento de avaliação do curso (Anexo 2) para verificação de satisfação dos discentes em relação à capacitação aplicada, devendo a tabulação dessas avaliações estarem anexas à Ata de Encerramento do Curso;

8.1.3.7. Emitir, depois de concluso e sem ônus para a contratante, os certificados de conclusão do Curso de Saúde Mental e Qualidade de Vida na Segurança Pública conforme especificado no item



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

10.1.3 deste Termo de Referência, para todos os alunos concludentes que alcançarem a frequência de participação no curso igual ou superior a 80% e ter obtido nota igual ou superior a 6,0 (seis) na avaliação final.

8.1.3.8. Manter em arquivo toda a documentação comprobatória referente ao Curso de Saúde Mental e Qualidade de Vida na Segurança Pública por, no mínimo, 10 (dez) anos após o término das atividades.

8.1.3.9. Face a pandemia de Covid-19, se no momento da execução do objeto existirem restrições, regulamentos sanitários ou outras normativas, a contratada deverá segui-las rigorosamente.

8.1.3.9.1 Se houver necessidade de migração do ensino presencial para o ensino online ou híbrido, esta modificação deverá passar por aprovação prévia do gestor do contrato.

8.2. Da metodologia das aulas:

8.2.1. As aulas devem ser expositivas e dialogadas, com atividades em grupos e individuais para a facilitação do aprendizado, seguindo assim uma metodologia ativa e participativa;

8.2.2. Serão adotadas técnicas estimuladoras de aprendizagem, para assimilação do conteúdo das disciplinas teóricas e relacionadas com a experiência prática, abordando a exposição dialogada e estudos dirigidos.

8.3. Na condução das aulas, os professores e instrutores deverão orientar suas atividades de forma a:

8.3.1. Manter os alunos permanentemente incentivados nas questões abordadas, lançando mão de todos os recursos disponíveis, tendo em mente os métodos e processos previstos neste Plano;

8.3.2. Utilizar quatro fontes incentivadoras: a própria matéria de ensino; a didática (metodologia/estratégica) utilizada pelo professor; os modernos recursos audiovisuais; a experiência/competência do docente;

8.3.3. Estabelecer a cooperação sincera e honesta dos alunos entre si e com o professor (interatividade mútua);

8.3.4. Habituá-los a pedir esclarecimento sobre assuntos ministrados durante a aula;

8.3.5. Inculcar e desenvolver hábitos de trabalho mental de atenção e reflexão assim como espírito de equipe, de ordem e método de análise e síntese;

8.3.6. Utilizar todos os recursos didáticos/midiáticos com clareza e precisão de linguagem para bem se fazer compreender;

8.3.7. Estimular a dedicação ao trabalho e desenvolver a confiança no esforço pessoal;

8.3.8. Orientar o aluno quanto à técnica mais apropriada para o estudo da disciplina e questões relacionadas à saúde e segurança no trabalho;

8.3.9. Verificar constantemente a aprendizagem dos alunos, de modo que se possa avaliar se houve aprendizagem a cada assunto exposto;

8.3.10. Estimular a cooperação entre os alunos, através de trabalho em grupo.

8.4. A avaliação dos alunos será realizada através de sua participação durante o curso, onde se verificará a absorção das técnicas ministradas e do conteúdo teórico dos conhecimentos transmitidos, frequência de participação no curso igual ou superior a 80% e através de avaliação final (prova escrita ou trabalho em grupo), sendo aprovado o aluno que obtiver média igual ou superior a 6,0 (seis).



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

8.5. Do Corpo Discente:

8.5.1. Deverá ser composto por Profissionais da Segurança Pública do Estado de Alagoas, integrantes da Polícia Militar, que serão indicados pelo Comandante Geral da PMAL e posteriormente matriculados no Curso por meio de Portaria da PMAL publicada no BGO. Este processo de seleção de discente deverá ser acompanhado e validado pela Comissão de Qualidade de Vida da PMAL;

8.5.2. O público alvo beneficiado compreenderá 02 (duas) turmas com 40 (quarenta) alunos em cada turma, totalizando 80 (oitenta) discentes capacitados, conforme o quadro abaixo, e que serão indicados pelo Comandante Geral da PMAL através do BGO.

8.5.3 Distribuição de vagas para o Curso:

POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS	QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS
POLICIAIS MILITARES DA ATIVA	80
TOTAL DE PROFISSIONAIS	80

8.6. Métodos e processos de ensino:

8.6.1. O ensino relativo às atividades de classe deve ser objetivo, contínuo, gradual e sucessivo no âmbito de cada disciplina. Deverá ser conduzido de modo que a teoria abranja as ações da vida real, a prática se traduza em aplicação de real utilidade (em face dos objetivos educacionais enfocados), exista correlação entre a teoria e a prática e haja sequência lógica na enumeração e exposição dos assuntos de cada disciplina;

8.6.2. A execução dos programas será desenvolvida de acordo com as disciplinas ou assuntos dos diversos procedimentos didáticos: aula expositiva, conferência, debate, demonstração, discussão dirigida, estudo dirigido, estudo de caso, painel, palestra, resolução de problemas, seminário, trabalho em grupo, etc.

8.7. Do Coordenador do Curso:

8.7.1. São atribuições do Coordenador do Curso: controlar a frequência dos alunos; elaborar relatório; receber declaração e atestados médicos dos alunos; emitir declaração aos alunos, quando necessário; entregar os certificados ao final de cada curso; coordenar o coffee break; administrar o tempo das aulas e dos intervalos e solucionar as demandas que surgirem, sempre com a orientação e supervisão da Comissão de Qualidade de Vida da PMAL.

8.8. Do corpo docente:

8.8.1. O corpo docente deverá ser composto por Profissionais de nível superior, com notável saber e experiência nas áreas abordadas pelo curso, sendo especialistas, mestres ou doutores e que estejam de acordo com o item 5.1.3 deste Termo de Referência. Salientando que os currículos dos docentes deverão ser submetidos à apreciação da Comissão de Qualidade de Vida da PMAL e Chefia de Ensino Integrado da SEDS/AL para validação dos mesmos.

8.9. Do plano de curso:

8.9.1. Deverão constar no programa do curso obrigatoriamente as seguintes disciplinas do quadro abaixo, de acordo com plano de curso que segue em anexo:



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Nº	DISCIPLINA	C/H
1	Saúde Mental e Qualidade de Vida	06
2	Principais Conceitos da Saúde Mental	06
3	Riscos e Agravos da Saúde Mental do Agente de Segurança Pública	08
4	Principais Sintomas do Adoecimento	06
5	O Suicídio	06
6	Prevenção, Promoção e Tratamento da Saúde Mental	08
7	Total	40

9.DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1. A execução do objeto possuirá o seguinte modelo de gestão e obedecerá aos seguintes critérios de edição e pagamento:

9.1.1. Os atores que participarão do contrato serão a Cap QOS PM Inês Marcelina Valões Sirqueira Matrícula 25390-1 e a Cap QOS PM Lysianne Maia de Oliveira Gomes Matrícula: 24034-6, gestoras do processo conforme Portaria/SSP nº1310/2021 publicada do DOE 23/08/2021;

9.1.2. Os mecanismos de comunicação a serem estabelecidos entre a contratante e a contratada se darão pelos seguintes canais: telefone: CPSIC/DS (82) 988334165, das 8h às 13h, ou através dos e-mails cpsicds@gmail.com, lysamaia@hotmail.com e inesvaloes@hotmail.com;

9.1.3. A forma de aferição/medição do serviço para efeito de pagamento será através da emissão da seguinte documentação (modelos em anexo): ata de encerramento do Curso contendo descrição detalhada do cumprimento do objeto, fichas de inscrição, frequência diária, requerimento de desistência (caso haja), fotos coloridas, tabulação da avaliação do curso e modelo da prova com gabarito.

9.1.3.1. Toda documentação comprobatória deverá ser entregue em até 5 dias após o término e estarão sujeitas a aprovação pelo gestor do contrato.

9.1.3.1.1. Se forem encontradas inconsistências na Ata de Encerramento, a empresa terá um prazo máximo de 48h para ajustes.

9.1.4. A qualidade dos serviços será constantemente monitorada para evitar sua degeneração, devendo a Contratante intervir para corrigir ou aplicar as sanções previstas no edital e no contrato administrativo, quando verificar desconformidade na prestação dos serviços à qualidade exigida;

9.1.5. O gestor do contrato irá realizar vistorias periódicas e não agendadas com lista de verificação da conformidade dos itens exigidos nesse Termo de Referência.

9.1.6. São consideradas causas para a rescisão contratual ou desfazimento do vínculo com o Adjudicatário:



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

9.1.6.1. Não cumprir os requisitos necessários quanto às instalações físicas no transcorrer do Curso;

9.1.6.2. Atrasar o início do curso ou interrompê-lo sem justificativa;

9.1.6.3. Substituir docentes sem justificativa e sem a prévia aprovação do gestor do contrato;

9.2. Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a Contratante reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais e comunicando à autoridade competente, quando for o caso, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 67 da Lei nº. 8.666, de 1993.

9.4. As decisões que ultrapassem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas cabíveis.

10. DOS MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

10. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

10.1.1. Da estrutura física:

10.1.1.1. O local do curso deverá ser em região central da cidade de Maceió-Alagoas, com estacionamento, banheiros masculino e feminino, sala de aula, sala para coordenação do curso, espaço adequado para o coffee break e deverá ter aprovação prévia do gestor do contrato;

10.1.1.2. A sala de aula deverá acomodar confortavelmente 40 participantes e possuir quadro branco, flipcharter, recursos audiovisuais, multimídia e de informática, condicionador de ar, cadeiras universitárias com braço e acolhoadas para todos os participantes, dentre outros recursos didáticos necessários para o bom andamento do curso;

10.1.1.3. A sala para coordenação deverá ser adequada para a realização dos trabalhos do coordenador do Curso;

10.1.1.4. O espaço destinado ao coffee break deverá ser próximo à sala de aula e ter capacidade para acomodar os participantes do curso, de modo que todos tenham acesso ao serviço.

10.1.2. Dos materiais a serem ofertados a cada participante no primeiro dia de curso:

10.1.2.1. Material didático impresso em folha A4, fonte Times New Roman, tamanho da fonte 12, encadernado com capa em Policloreto de Vinila (PVC) rígido transparente no formato A4 e em espiral, contendo toda temática das disciplinas do curso, seguindo as normas da ABNT;

10.1.2.2. Crachá de identificação com dimensões de 54 mm x 85,6 mm, com Brasão do Estado de Alagoas e Brasão da empresa contratada, nome do aluno e a instituição a que pertence;

10.1.2.3. 01 (uma) caneta esferográfica azul;

10.1.2.4. Bloco de anotações com 50 folhas em papel 75 g/m² e dimensões de aproximadamente 148 mm x 210 mm;



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

10.1.2.5. Pasta plástica incolor com aba e elástico, nas dimensões de 335 x 20 x 235 mm, identificada com o nome do curso e que deverá conter todo material acima descrito, compondo assim o Kit do aluno;

10.1.3. Ao final de cada curso, no último dia de aula, emitir a cada concludente, um certificado de conclusão de curso nas medidas de 30cm x 21cm, em papel couchê com gramatura de 250gr, segundo modelo em anexo.

10.1.4. Durante todo o período de aula deverão ser disponibilizados, aos alunos e instrutores, copos descartáveis, café e água;

10.1.5. Será ofertado, durante o intervalo das aulas no período da manhã, em todos os dias do curso, um coffee break com os seguintes itens: materiais descartáveis (copos, pratos, talheres, guardanapos), buffet com salada de frutas, frutas variadas (4 variedades de frutas), 2 (duas) opções de pratos salgados e 1 (uma) opção de prato doce, pães, patês, geleias, bolos, 2 (duas) opções de sucos (1 litro de cada), café, açúcar, adoçante e água gelada.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. São obrigações da Contratante:

11.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.1.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.1.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.1.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

11.1.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da Contratada, no que couber.

11.1.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

11.1.6.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

11.1.6.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

11.1.6.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

11.1.6.4. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens;

11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

11.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, *as built*, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e ainda:

12.1.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.1.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao Estado de Alagoas ou à entidade estadual, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.1.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.1.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a Contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, documentação mencionada nos Artigos 28, 29 e 31 da Lei nº 8.666, de 1993;

12.1.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

12.1.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

12.1.8. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços;

12.1.9. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

12.1.10. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

12.1.11. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;

12.1.12. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

12.1.13. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo;

12.1.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.1.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.1.16. Renovar, durante a vigência do contrato, a cada 6 meses, a Declaração de Cumprimento de Cota de Aprendizagem – DCCA, conforme o Art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, acompanhada da última informação do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), ou do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – e-Social, e do número de contratação de jovens aprendizes;

12.1.16.1. Ficam liberadas de renovar DCCA e documentos complementares as microempresas e empresas de pequeno porte;

12.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a Contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015;

12.1.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.1.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do Art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

12.1.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

12.1.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.1.22. Assegurar à Contratante:

12.1.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

12.1.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis;

12.1.23. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, sendo exigida, inclusive, a capacitação dos técnicos da Contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços, sempre que necessário.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com ou em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos Arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993;

15.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

15.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do Artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

15.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso;

15.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do Art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

15.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos Artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993;

15.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato;

15.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e, em sendo o caso, utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo anexo, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada:

15.9.1. Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

15.9.2. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.10. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços;

15.11. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

15.12. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;

15.13. Em hipótese alguma, será admitido que a própria Contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;

15.14. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;

15.15. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório;

15.16. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços;

15.17. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso;

15.18. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

15.18.1. Ao final do curso, deverá ser apresentado ata de encerramento (Anexo 1), que passará pela avaliação da Contratante, sendo somente aceito se estiver em acordo com as normas deste Termo de Referência;

15.18.2. A Contratante, sempre que julgar necessário, poderá realizar fiscalização a qualquer momento no decorrer do Curso.

15.19. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, em conformidade com o Art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo;

16.2. No prazo de até 5 dias corridos, do adimplemento da parcela, a Contratada deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

16.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

16.3.1. A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários;

16.3.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

16.3.3. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

16.3.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis;

16.3.5. No prazo de até 10 dias corridos, a partir do recebimento dos documentos da Contratada, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar relatório circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato;

16.3.6. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo;

16.3.7. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

16.3.8. Na hipótese de não se proceder tempestivamente à verificação a que se refere o subitem anterior, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

16.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos, a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o atesto da execução dos serviços, obedecendo às seguintes diretrizes:



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

16.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

16.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

16.4.3. Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

16.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002);

16.6. O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará à Contratada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base, se for o caso, no Instrumento de Medição de Resultado (IMR);

16.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos, refeitos ou substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de sanções.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura;

17.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, nos termos do Art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.2. A emissão da Nota Fiscal ou Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência;

17.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da manutenção das condições de habilitação exigidas no edital, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada nos Artigos 28, 29 e 31 da Lei nº 8.666, de 1993;

17.4. O setor competente para proceder ao pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

17.4.1. O prazo de validade;

17.4.2. A data da emissão;

17.4.3. Os dados do contrato e da Contratante;

17.4.4. O período de prestação dos serviços;

17.4.5. O valor a pagar; e

17.4.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

17.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

17.6. Tendo sido definidos parâmetros para mensuração do percentual do pagamento devido em razão dos níveis esperados de qualidade da prestação do serviço, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

17.6.1. Não produziu os resultados acordados;

17.6.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

17.6.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

17.8. Antes da emissão de Nota de Empenho e a cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital por ele abrangidas ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada nos Artigos 28, 29 e 31 da Lei nº 8.666, de 1993;

17.8.1. Na mesma oportunidade, a Administração realizará consulta ao SICAF, à Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União e ao Cadastro das Empresas Inidôneas, Suspensas e Impedidas do Estado de Alagoas – CEIS para identificar eventual proibição de contratar com o Poder Público.

17.9. A renovação, durante a vigência do contrato, a cada 6 meses, da Declaração de Cumprimento de Cota de Aprendizagem – DCCA, conforme o Art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, acompanhada da última informação do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), ou do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – e-Social, e do número de contratação de jovens aprendizes, é condição do pagamento;

17.9.1. Ficam liberadas de renovar DCCA e documentos complementares as microempresas e empresas de pequeno porte.

17.10. Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 10 (dez) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa;

17.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

17.12. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

17.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.

17.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação;

17.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no Art. 31 da Lei 8.212, de 1993, quando couber.

18. DO REAJUSTE

18.1. Os preços são fixos e irremovíveis;

18.2. Na hipótese de prorrogação extraordinária, na forma do Art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993, fica assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, aplicando-se o índice IPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, contada da data limite para a apresentação das propostas.

19. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

19.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a contratação.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Pratica ato ilícito, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante ou a Contratada que:

20.1.1. Não assinar o contrato ou a ata de registro de preço;

20.1.2. Não entregar a documentação exigida no edital;

20.1.3. Apresentar documentação falsa;

20.1.4. Causar o atraso na execução do objeto;

20.1.5. Não manter a proposta;

20.1.6. Falhar na execução do contrato;

20.1.7. Fraudar a execução do contrato;

20.1.8. Comportar-se de modo inidôneo;

20.1.9. Declarar informações falsas; e

20.1.10. Cometer fraude fiscal.

20.2. As sanções do subitem 20.1. também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva em Pregão para Registro de Preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública;

20.3. A prática de ato ilícito sujeita o infrator à aplicação das seguintes sanções administrativas, sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, e do Decreto nº 68.119, de 2019:

20.3.1. Impedimento de licitar e contratar com o Estado de Alagoas e descredenciamento nos seus sistemas cadastrais de fornecedores, por prazo não superior a 5 (cinco) anos; e

20.3.2. Multa.



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

20.4. A multa pode ser aplicada isolada ou cumulativamente com as sanções de impedimento de licitar e contratar com o Estado de Alagoas e descredenciamento nos seus sistemas cadastrais de fornecedores, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis;

20.5. Se, durante o processo de aplicação de sanção, houver indícios de prática de ato ilícito tipificado pela Lei nº 12.846, de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

20.5.1. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Estadual resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.6. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do infrator, o Estado de Alagoas ou a Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme Artigo 419 do Código Civil;

20.7. A aplicação de qualquer das sanções previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante ou à Contratada, observando-se o procedimento previsto no Decreto nº 68.119, de 2019, e subsidiariamente na Lei nº 6.161, de 2000;

20.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e a gravidade do ato ilícito cometido, os danos que o cometimento do ato ilícito ocasionar aos serviços e aos usuários, a vantagem auferida em virtude do ato ilícito, as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes e os antecedentes do infrator, observado o princípio da proporcionalidade;

20.9. As sanções serão obrigatoriamente registradas no Cadastro das Empresas Inidôneas, Suspensas e Impedidas do Estado de Alagoas – CEIS.

21. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

21. As despesas para atender à licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Estado de Alagoas para o exercício de (2021), na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 190563

Fonte: 123 - Transferências Obrigatórias da União

Programa de Trabalho: 06.181.0006.4362 - FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA

Elemento de Despesa: 33.90.39 – Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Atesto, sob a minha responsabilidade, que o conteúdo do Termo de Referência se limita ao mínimo imprescindível à satisfação do interesse público, presente na generalidade dos serviços existentes no mercado, não consignando marca ou característica, especificação ou exigência exclusiva, excessiva, impertinente, irrelevante ou desnecessária que possa direcionar o certame ou limitar ou frustrar a competição ou a realização do objeto contratual.



**ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
ANEXOS**

ANEXO 1

ATA DE ENCERRAMENTO DA TURMA XX/2021

DO CURSO DE SAÚDE MENTAL E QUALIDADE DE VIDA NA SEGURANÇA PÚBLICA

Aos _____ dias do mês de _____, do ano de dois mil e vinte xx, nesta cidade de Maceió, Estado de Alagoas, deu-se por encerrada a turma XX/202x do “Curso de Saúde Mental e Qualidade de Vida na Segurança Pública”, que teve início no dia xx/xx/xx, de acordo com os registros efetuados nesta Ata.

1. Local de Funcionamento:

A Turma XX/202x do “Curso de Saúde Mental e Qualidade de Vida na Segurança Pública”, ocorreu no (a) _____, Maceió/AL.

2. Estrutura de Administração:

- Dados do Coordenador(a):

Nome:

CPF:

Tel.:

E-mail:

3. Corpo Docente:

Nº	DISCIPLINA	C/H	INSTRUTOR
1	Saúde Mental e Qualidade de Vida	06	
2	Principais Conceitos da Saúde Mental	06	
3	Riscos e Agravos da Saúde do Agente de Segurança Pública	08	
4	Os Principais Sintomas do Adoecimento	06	
5	O Suicídio	06	
6	Prevenção, Promoção e Tratamento da Saúde Mental	08	
	TOTAL	40	

A carga-horária prevista para cada Disciplina, de acordo com o QTS, foi plenamente executada por cada um dos Instrutores.



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

4. Corpo Discente

Os xx (nº de alunos) alunos matriculados na XX (nº da turma) Turma do “Curso de Saúde e Qualidade de Vida na Segurança Pública” foram indicados por seus órgãos de origem e xx deles (ou todos) concluíram o curso.

4.1 Relação dos Alunos Concludentes:

Nº	NOME	ÓRGÃO	CPF	NOTA
1				
2				

...

4.2 Relação dos Alunos Desistentes:

N.º	NOME	INSTITUIÇÃO	MOTIVO
1			
2			

...

Para constar e para os devidos fins, a relação de concludentes, após a finalização do curso e aprovação desta Ata, será publicada em Diário Oficial do Estado de Alagoas.

5. Quadro de Trabalho Semanal (QTS) Executado:

HORÁRIO	Dia __/__/__	Dia __/__/__	Dia __/__/__	Dia __/__/__	Dia __/__/__
07h – 08h	Disciplina	Disciplina	Disciplina	Disciplina	Disciplina
08h – 09h	Disciplina	Disciplina	Disciplina	Disciplina	Disciplina
09h – 10h	Disciplina	Disciplina	Disciplina	Disciplina	Disciplina
10h 10h15	– INTERVALO	– INTERVALO	– INTERVALO	– INTERVALO	– INTERVALO
10h15 11h15	– Disciplina	– Disciplina	– Disciplina	– Disciplina	– Disciplina
11h15 12h15	– Disciplina	– Disciplina	– Disciplina	– Disciplina	– Disciplina



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

12h15 13h45	–	INTERVALO DE ALMOÇO	INTERVALO DE ALMOÇO	INTERVALO DE ALMOÇO	INTERVALO DE ALMOÇO	INTERVALO DE ALMOÇO
13h45 14h45	às	Disciplina	Disciplina	Disciplina	Disciplina	Disciplina
14h45 15h45	às	Disciplina	Disciplina	Disciplina	Disciplina	Disciplina
15h45 16h	às	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO
16H às 17h		Disciplina	Disciplina	Disciplina	Disciplina	Disciplina

As aulas foram cumpridas conforme consta no QTS supracitado.

6. Avaliação do Curso:

Foram feitas as devidas avaliações e a tabulação das mesmas segue anexa a esta Ata.

7. Meios-Auxiliares utilizados:

(Listar todos os recursos utilizados.)

8. Material Didático e de Apoio:

(Listar todo material utilizado.)

9. Anexos:

Seguem anexos a esta Ata os seguintes documentos:

1. Fichas de inscrição (Cópias dos Documentos RG/CPF)
2. Frequências
4. Fotos
6. Tabulação da Avaliação do Curso
8. Modelo da Prova com Gabarito e notas dos alunos

E como nada mais havia a ser registrado na presente Ata, depois de lida e aprovada pela Coordenação-Geral, segue devidamente assinada.

Coordenador(a)
xx/xx/xx, Maceió/AL



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
ANEXO 2

MODELO DE AVALIAÇÃO DO CURSO

CURSO	Curso de Saúde Mental e Qualidade de Vida na Segurança Pública		
PERÍODO:		TURMA:	

Nome:			
Órgão:		Posto/Função:	
E-mail:		Telefone:	

EVENTO	Excelente	Bom	Regular	Ruim
Alcance dos objetivos propostos				
Conteúdo				
Carga horária				
Aplicabilidade no trabalho				
Qualidade do material apresentado				

CORPO DOCENTE	Excelente	Bom	Regular	Ruim
Domínio do conteúdo				
Didática				
Relacionamento e interação				
Pontualidade				



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Administração do tempo				
-------------------------------	--	--	--	--

AUTO-AVALIAÇÃO	Excelente	Bom	Regular	Ruim
Interesse				
Participação				
Assiduidade				
Pontualidade				

INFRA-ESTRUTURA	Excelente	Bom	Regular	Ruim
Instalações Físicas				
Materiais de Apoio				

AVALIAÇÃO GERAL DO CURSO	Excelente	Bom	Regular	Ruim
Avaliação geral sobre o curso				

CRÍTICAS/SUGESTÕES:

ASSINATURA DO COORDENADOR DO CURSO
REPRESENTANTE DA EMPRESA



**ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
ANEXO 3**

**ESPECIFICAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA
ENDEREÇO E LOGOTIPO**

FICHA DE INSCRIÇÃO		
CURSO: CURSO DE SAÚDE MENTAL E QUALIDADE DE VIDA NA SEGURANÇA PÚBLICA		
LOCAL:	PERÍODO: ____/____/____ ____/____/____	à
DADOS PESSOAIS		
NOME COMPLETO:		
Nº IDENTIDADE	CPF	MATRÍCULA
MÃE		
PAI		
DATA DE NASCIMENTO	NATALIDADE	
ÓRGÃO DE ORIGEM		
POSTO/FUNÇÃO		
LOTAÇÃO		
ENDEREÇO RESIDENCIAL		
ENDEREÇO		
BAIRRO	CIDADE	
UF	CEP	
TELEFONE RESIDENCIAL()	CELULAR()	



**ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**

E-MAIL

TERMO DE COMPROMISSO

- 1. Declaro-me ciente das obrigações como aluno, assim como da frequência e assiduidade no curso ofertado;**
- 2. Declaro-me apto físico e mentalmente para participar do referido curso;**
- 3. Assumo a total responsabilidade por eventuais ônus oriundos da minha evasão ou desistência do Curso de Saúde Mental e Qualidade de Vida na Segurança Pública.**

Maceió, _____ de _____ de 20 _____

ASSINATURA DO ALUNO



**ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
ANEXO 4**

ESPECIFICAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA

ENDEREÇO E LOGOTIPO

CURSO DE SAÚDE MENTAL E QUALIDADE DE VIDA NA SEGURANÇA PÚBLICA

TURMA:	LOCAL:	
DATA:	HORA:	
Disciplina:	Professor:	

FREQUÊNCIA

Nº	Nome	Instituição	CPF	Telefone	Assinatura
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					

Professor

Coordenador do Curso



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
ANEXO 5

ESPECIFICAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA

ENDEREÇO E LOGOTIPO

PLANO DE CURSO

PLANO DE CURSO	
Nome do Curso:	CURSO DE SAÚDE MENTAL E QUALIDADE DE VIDA NA SEGURANÇA PÚBLICA
Número de alunos a serem capacitados:	80 ALUNOS Número de turmas: 02
Carga horária total do curso(em hora/aula – h/a)	40 h/a
Disciplina 1:	Saúde Mental e Qualidade de Vida
Carga Horária:	06 h/a
Objetivo:	Conhecer a base teórica do conceito de saúde no trabalho, o que se define como prazer e o que se define como sofrimento no trabalho, bem como caracterizar a qualidade de vida do trabalhador no local de trabalho, sempre mantendo o foco na qualidade de vida do profissional de segurança pública.
Ementa:	Saúde do trabalhador; Prazer e sofrimento no trabalho; Qualidade de vida no trabalho.
Metodologia:	A disciplina terá em seu conjunto metodologia ativa e participativa, com aulas expositivas e dialogadas, atividades em grupos e individuais para a facilitação do aprendizado; Serão adotadas técnicas estimuladoras de aprendizagem, para assimilação do conteúdo teórico e relacionada com a experiência prática. Serão utilizadas técnicas e atividades planejadas facilitadoras de aprendizagem com aplicação a aula presencial com: Exposição dialogada e Estudos dirigidos; A avaliação dos alunos será realizada através de sua participação durante o curso, onde se verificará a absorção das técnicas ministradas e do conteúdo teórico dos conhecimentos transmitidos e frequência de participação nas aulas igual ou superior a 80%.



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Bibliografia
Básica:

- AMADOR, F. *et al.* Por um programa preventivo em saúde mental do trabalhador na Brigada Militar. *Ciência e profissão*, v. 22, n. 3, p. 54-61, 2002.
- ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? São Paulo: Cortez, 1995.
- BARROS, R. B.; BARROS, M. E. B. Da dor ao prazer no trabalho.
In: SANTOS-FILHO, S. B.; BARROS, M. E. B. (org.). *Trabalhador da saúde: muito prazer! Protagonismo do trabalhador na gestão do trabalho em saúde*. Ijuí: Unijuí, 2007. p. 61-71.
- BECK, C. *et al.* Humanização da assistência de enfermagem: percepção de enfermeiros nos serviços de saúde de um município. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, Porto Alegre, 2009.
- BRASIL. Portaria Interministerial nº 800, de 3 de maio de 2005.
Aprova a Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador.
Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego; Ministério da Previdência e Assistência Social; Ministério da Saúde, 2005.
- BRASIL. Senado Federal. Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça - Cartilha assédio moral e sexual no trabalho. Brasília, 2020.
- BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. A saúde e seus determinantes sociais. Rio de Janeiro: Physis, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 77-93, 2007.
- CATALDI, M. Stress: no meio ambiente de trabalho. 3. ed. São Paulo: LTr, 2015.
- CHIAVENATO, I. Gestão de pessoas. 2. ed. São Paulo: Elsevier, 2004. CODO, W. Por uma Psicologia do trabalho: ensaios recolhidos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.
- DAY, A.; HARTLING, N.; MACKIE, B. O local de trabalho psicologicamente saudável: promovendo o bem-estar dos funcionários e empresas saudáveis. *In*: ROSSI, A. M. MEURS, J. A.; PERREWÉ, P. L. Stress e qualidade de vida no trabalho: stress interpessoal e ocupacional. São Paulo: Atlas S.A., 2015.
- DEJOURS, C. O fator humano. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- DOLAN, S. Estresse, autoestima, saúde e trabalho. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.
- GLANZNER, C. H.; OLSCHOWSKY, A.; L. P., KANTORSKI. O trabalho como fonte de prazer: avaliação da equipe de um Centro de Atenção Psicossocial. *Revista da Escola de Enfermagem*, São Paulo, USP, v. 45 n. 3, p. 716-721, jun. 2011. LACAZ, C. Qualidade de vida no trabalho saúde/doença. *Ciência e saúde coletiva*, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 151-161, 2000. LIMONGI-FRANÇA, A; RODRIGUES, A. L. Stress e trabalho: guia básico com abordagem psicossomática. São Paulo: Atlas; 2003. LIMONGI-FRANÇA, A. Comportamento organizacional: conceitos e práticas. São Paulo: Saraiva, 2006.



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

	<p>LIMONGI-FRANÇA, A. Qualidade de vida no trabalho – QVT: conceitos e práticas nas empresas da sociedade pósindustrial. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>LUZ, R. Gestão do clima organizacional. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2014.</p> <p>MEZOMO, D. S.; OLIVEIRA, T. S. Programa de Prevenção e Gerenciamento do Stress para os Profissionais da Segurança Pública. <i>In</i>: ROSSI, A. M.; MEURS, J. A.; PERREWÉ, P. (org.).</p> <p>Stress e qualidade de vida no trabalho: stress interpessoal e ocupacional. São Paulo: Atlas S.A., 2015.</p> <p>MINAYO, M.; ASSIS, S.; OLIVEIRA, R. Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil). <i>Ciência e Saúde Coletiva</i>, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. p. 2199-2209, 2011.</p> <p>NARDI, H. Saúde do trabalhador, subjetividade e interdisciplinaridade. <i>In</i>: MERLO, A. R. C. (org.). <i>Saúde e trabalho no Rio Grande do Sul: realidade, pesquisa e intervenção</i>. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p. 43-64.</p> <p>ROSSI, A. M. MEURS, A.; PERREWÉ, P. Stress e qualidade de vida no trabalho: melhorando a saúde e o bem-estar dos funcionários. São Paulo: Atlas, 2013.</p>
Modalidade:	Presencial
Avaliação:	A avaliação do desempenho do aluno, concebida como mediadora da aprendizagem, basear-se-á na realização de atividades avaliativas desenvolvidas no decorrer do curso, sendo aprovado o aluno que obtiver na prova final média igual ou superior a 6,0 (seis) e frequência igual ou superior a 80% da carga horária do curso.
Disciplina 2:	Principais Conceitos da Saúde Mental
Carga Horária:	06 h/a
Objetivo:	Conhecer a base teórica dos principais conceitos de saúde mental, evidenciando os possíveis fatores patológicos nos profissionais de segurança pública.
Ementa:	<p>Da ansiedade saudável aos transtornos de ansiedade (ansiedade saudável, transtorno de ansiedade de separação, mutismo seletivo, fobias específicas, transtorno de ansiedade social, transtorno de pânico e agorafobia, transtorno de ansiedade generalizada);</p> <p>Do estresse à síndrome de Burnout (conceitos e características do estresse, fases do estresse, estresse ocupacional, estresse pós-traumático, síndrome de burnout, estudos sobre estresse em profissionais de segurança pública);</p> <p>Da tristeza à depressão (diferenciação entre tristeza e depressão, características, sintomas e tratamento da depressão, depressão no contexto da segurança</p>



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

	pública).
Metodologia:	<p>A disciplina terá em seu conjunto metodologia ativa e participativa, com aulas expositivas e dialogadas, atividades em grupos e individuais para a facilitação do aprendizado.</p> <p>Serão adotadas técnicas estimuladoras de aprendizagem, para assimilação do conteúdo teórico e relacionada com a experiência prática. Serão utilizadas técnicas e atividades planejadas facilitadoras de aprendizagem com aplicação a aula presencial com: Exposição dialogada e Estudos dirigidos.</p> <p>A avaliação dos alunos será realizada através de sua participação durante os cursos, onde se verificará a absorção das técnicas ministradas e do conteúdo teórico dos conhecimentos transmitidos e frequência de participação nas aulas igual ou superior a 80%.</p>
Bibliografia Básica:	<p>ABREU, K. <i>et al.</i> Estresse ocupacional e síndrome de burnout no exercício profissional da psicologia. <i>Psicol. cienc. prof.</i>, Brasília, v. 22, n. 2, p. 22-29, jun. 2002.</p> <p>AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais – DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.</p> <p>ANDRETTA L.; OLIVEIRA M. S. Manual prático de terapia cognitivo-comportamental. São Paulo: Casapsi Ltda., 2011.</p> <p>BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.</p> <p>BECK, A.; ALFORD, A. Depressão: causas e tratamento. Porto Alegre: Artmed, 2009.</p> <p>BECK, J. Terapia cognitiva: teoria e prática. Porto Alegre: Artmed, 1997.</p> <p>BRITO, D. P. Os Desvios de Comportamento Praticados pelos Policiais Militares. O Alferes, Minas Gerais, 2017.</p> <p>BRITO, D. P.; GOULART, I. B. Avaliação psicológica e prognóstico de comportamento desviante numa corporação militar. <i>Psico- USF, São Paulo, USF</i>, v. 10, n. 2, p. 149-160, jul. 2005.</p> <p>BULHÕES, L. <i>et al.</i> A síndrome de burnout em profissionais da saúde: uma revisão bibliográfica. Faculdade de Ciências, Campus de Bauru, Psicologia, 2008.</p> <p>CAMPOS, F; FEITOSA, F. Protocolo de Diagnóstico da Depressão em Adulto (PDDA). 1. ed. Curitiba: Appris, 2018.</p> <p>CATALDI, M. J. G. Stress no meio ambiente de trabalho. São Paulo: LTr, 2015.</p> <p>CORREIA, I; DUNNINGHAM, Estimativa da Ocorrência de Transtorno de Estresse Pós-Traumático em Policiais Militares da Bahia. <i>Revista Brasileira de Neurologia e Psiquiatria</i>, v. 20, n. 3, p. 187-216, set./dez. 2016.</p> <p>COSTA, M. <i>et al.</i> Estresse: Diagnóstico dos policiais militares em uma cidade</p>



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

- brasileira. Revista Panamericana de Saúde Pública, Washington, v. 21, n. 4, p. 217+, 2007.
- DOLAN, S. Estresse, autoestima, saúde e trabalho. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.
- GONÇALVES, I. *et al.* Impacto da co-terapia no tratamento do TEPT com terapia cognitivo comportamental. Revista Brasileira de Terapias Cognitivas, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, jun. 2010.
- GREIST, I. Manual MSD Versão Saúde da Família. 1. ed. jan. 2016.
- KNAPP, I.; CAMINHA, R. M. Terapia cognitiva do transtorno de Estresse Pós Traumático. Revista Brasileira de Psiquiatria, v. 25, supl. 1, p. 31-36, 2003.
- LIMA, F. P. V.; BLANK, L. G.; MENEGON, F. A. Prevalência de transtorno mental e comportamental em policiais militares/ SC, em licença para tratamento de saúde. Psicologia. Ciência e profissão, v. 35, n. 3, p. 824-840, 2015.
- LIMONGI-FRANÇA, A.; RODRIGUES, A. Stress e trabalho: uma abordagem psicossomática. São Paulo: Atlas, 2011.
- LIPP, M. E. N. et al. Como enfrentar o stress. 4.ed. São Paulo: Ícone, 1993.
- LIPP, M. E. N., MALAGRIS, L. E. N. Manejo do estresse.
- Psicoterapia comportamental e cognitiva: pesquisa, prática, aplicações e problemas. Campinas: Ed. Psy, 1995.
- LIPP, M.; COSTA, K.; NUNES, V. Estresse, qualidade de vida e estressores ocupacionais de policiais: sintomas mais frequentes. Rev. Psicol., Organ. Trab., Brasília, v. 17, n. 1, p. 46- 53, mar. 2017.
- LIPP, M. Manual do inventário de sintomas de stress para adultos de Lipp (ISSL). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.
- LIPP, M.; MALAGRIS, L. O stress emocional e seu tratamento. Psicoterapias cognitivo-comportamentais: um diálogo com a psiquiatria. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- MAIA, D. et al. Preditores de sintomas de transtorno de estresse pós-traumático em policiais brasileiros: a interpretação entre afeto negativo e dissociação peri traumática. Revista Brasileira De Psiquiatria, v. 33, n. 4, p. 362-366, 2011.
- MEZOMO, D.; OLIVEIRA, T. Programa de prevenção e gerenciamento do stress para os profissionais da segurança pública. *In*: ROSSI, A. MEURS, J.; PERREWÉ, P. Stress e qualidade de vida no trabalho: stress interpessoal e ocupacional. São Paulo: Atlas S.A., 2015.
- MINAYO, M. C. S.; CONSTANTINO, P. Condições de saúde e risco profissional. Prazer, Estresse e Sofrimento Mental, Rio de Janeiro, p. 217-243, jan. 2008.
- MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; OLIVEIRA, R. V. C. Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil). Ciência e Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p.



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

	<p>2199-2209, 2008.</p> <p>NICOLAU, Á. A. Ensaio sobre o sofrimento psicológico de policiais. FGR em revista, Belo Horizonte, v. 3, n. 4, p. 45-57, 2009.</p> <p>OLIVEIRA, K. L. de; SANTOS, L. M. dos. Percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua. Sociologias, Porto Alegre, v. 12, n. 25, 2010.</p> <p>OLIVEIRA, P; BARDAGI, M. Estresse e comprometimento com a carreira em policiais militares. Boletim de Psicologia, São Paulo, v. 59, n. 131, p. 153-166, 2009.</p> <p>SALES, L.; SÁ, L. A Condição do Policial Militar em Atendimento Clínico: Uma análise das narrativas sobre adoecimento, sofrimento e medo no contexto profissional. Revista Pós Ciências Sociais, São Luís, v. 13, n. 25, p. 181-206, 2016.</p>
Modalidade:	Presencial
Avaliação:	A avaliação do desempenho do aluno, concebida como mediadora da aprendizagem, basear-se-á na realização de atividades avaliativas desenvolvidas no decorrer do curso, sendo aprovado o aluno que obtiver na prova final média igual ou superior a 6,0 (seis) e frequência igual ou superior a 80% da carga horária do curso.
Disciplina 3:	Riscos e Agravos da Saúde Mental do Agente de Segurança Pública
Carga Horária:	08 h/a
Objetivo:	Conhecer, por meio de base teórica, a causa e os principais riscos e agravos da saúde mental dos profissionais de segurança pública.
Ementa:	<p>Influências organizacionais (modelo de gestão, excesso de carga horária, falta de treinamento e equipamento adequado, falta de reconhecimento e apoio da instituição);</p> <p>Influências sociais (estigmatização da sociedade; preconceito e discriminação de gênero, etnia, orientação sexual e religião; uso nocivo e abusivo de substâncias psicoativas; manutenção da ordem num contexto de injustiça social).</p>
Metodologia:	<p>A disciplina terá em seu conjunto metodologia ativa e participativa, com aulas expositivas e dialogadas, atividades em grupos e individuais para a facilitação do aprendizado.</p> <p>Serão adotadas técnicas estimuladoras de aprendizagem, para assimilação do conteúdo teórico e relacionada com a experiência prática. Serão utilizadas técnicas e atividades planejadas facilitadoras de aprendizagem com aplicação a</p>



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

	<p>aula presencial com: Exposição dialogada e Estudos dirigidos.</p> <p>A avaliação dos alunos será realizada através de sua participação durante os cursos, onde se verificará a absorção das técnicas ministradas e do conteúdo teórico dos conhecimentos transmitidos e frequência de participação nas aulas igual ou superior a 80%.</p>
Bibliografia Básica:	<p>ANCHIETA, V. C. C. <i>et al.</i> Trabalho e riscos de adoecimento: um Estudo entre policiais civis. <i>Psicologia: Teoria e Pesquisa</i>, Brasília, v. 27, n. 2, p. 199-208, 2011.</p> <p>BEZERRA, C. M.; MINAYO, M. C. de S.; CONSTANTINO, P. Estresse ocupacional em mulheres policiais. <i>Ciência & Saúde Coletiva</i>, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 657-666, 2013.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde do Brasil; Organização Pan- Americana da Saúde no Brasil. <i>Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde</i>. Brasília, DF: Ministério da Saúde do Brasil, 2001.</p> <p>BRASIL, Ministério da Justiça. <i>Guia para Qualidade de Vida SENASP/DEPAID MJ/2010</i>. CASTRO, M. C. A.; CRUZ, R. M. Prevalência de transtornos mentais e percepção de suporte familiar em policiais civis. <i>Psicologia: Ciência e Profissão</i>, Brasília, v. 35, n. 2, p. 271-289, 2015.</p> <p>COSTA, M. <i>et al.</i> Estresse: diagnóstico dos policiais militares em uma cidade brasileira. <i>Revista Panamericana de Salud Pública</i>, Washington, v. 21, n. 4, p. 217-222, 2007.</p> <p>CRUZ, M. <i>Vitimologia e direito penal brasileiro: assistência à vítima</i>. Universo Jurídico, Juiz de Fora, ano 11, 24 maio 2010.</p> <p>DALGALARRONDO, P. <i>Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais</i>. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.</p> <p>DEJOURS, C. <i>O fator humano</i>. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.</p> <p>FERREIRA, D. K. S.; BONFIM, C.; AUGUSTO, L. G. S. <i>Condições de trabalho e morbidade referida de policiais militares</i>, Recife-PE, Brasil. <i>Saúde e Sociedade</i>, São Paulo, v. 21, n. 4, p. 989-1000, 2012.</p> <p>LIMA, João C. <i>Atividade Policial e Confronto Armado</i>. Curitiba: Juruá, 2007.</p> <p>MENDES, René et al. <i>Patologia do Trabalho</i>, Rio de Janeiro: Atheneu, 1997.</p> <p>MENDES, René, <i>Dicionário de saúde e segurança do trabalhador: conceitos, definições, história, cultura</i>. Novo Hamburgo (RS): Proteção Publicações LTDA, 2018.</p> <p>MINAYO, M. C. de S.; SOUZA, E. R. de; CONSTANTINO, P. Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in) segurança pública. <i>Cad. Saúde Pública</i>, Rio de Janeiro, v. 23, n. 11, p. 2767-2779, nov. 2007.</p> <p>MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL. Portaria 1.339 de 18 de novembro de 1999. In: <i>Doenças relacionadas ao trabalho</i>. Brasília: Ministério da Saúde do</p>



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

	<p>Brasil, 2001.</p> <p>NOGUEIRA, G. E. G. Condições de trabalho e saúde mental do trabalhador da segurança pública. Revista de Psicologia: Saúde Mental e Segurança Pública, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 53-58, 2007.</p> <p>OLIVEIRA, K. L. de; SANTOS, L. M. Percepção de saúde mental em policiais militares da força tática e de rua. Sociologias, Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 224-250, 2010.</p> <p>PESSANHA, J. H. da S. Um fardo peculiar de agentes da segurança pública. Serviço Social & Realidade, Franca, v. 18, n. 2, p. 279-305, 2009.</p> <p>SILVA, M. B. da; VIEIRA, S. B. O Processo de trabalho do militar estadual e a saúde mental. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 17, n. 4, p. 161-170, 2008.</p> <p>SOUTO, Daphis Ferreira, Saúde no trabalho: Uma Revolução Em Andamento, Editora SENAC – 2004.</p> <p>SOUZA, E. R. de; MINAYO, M. C. de S. Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho. Ciencia & Saude Coletiva, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 917-928, 2005.</p> <p>SOUZA, R. C. F de; SIQUEIRA, M. M. de. Profissionais da segurança pública e suas atitudes frente ao álcool, alcoolismo e alcoolista. Rev. Bras. Pesq. Saúde, Vitória, v. 17, n. 4, p. 17- 26, out/dez. 2015.</p> <p>TAVARES, José da Cunha. Administração Aplicada a Segurança do Trabalho. 6ª Edição. Editora SENAC. São Paulo – 2007.</p>
Modalidade:	Presencial
Avaliação:	A avaliação do desempenho do aluno, concebida como mediadora da aprendizagem, basear-se-á na realização de atividades avaliativas desenvolvidas no decorrer do curso, sendo aprovado o aluno que obtiver na prova final média igual ou superior a 6,0 (seis) e frequência igual ou superior a 80% da carga horária do curso.
Disciplina 4:	Principais sintomas do Adoecimento
Carga Horária:	06 h/a
Objetivos:	Conhecer por meio de base teórica, diversos transtornos e os principais sintomas do adoecimento dos profissionais de segurança pública.
Ementa:	Os sintomas físicos; A vida sexual e disfunção sexual; Sono normal e transtornos do sono-vigília; Compulsões;



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

	O uso abusivo de álcool e outras drogas.
Metodologia:	<p>A disciplina terá em seu conjunto metodologia ativa e participativa, com aulas expositivas e dialogadas, atividades em grupos e individuais para a facilitação do aprendizado.</p> <p>Serão adotadas técnicas estimuladoras de aprendizagem, para assimilação do conteúdo teórico e relacionada com a experiência prática. Serão utilizadas técnicas e atividades planejadas facilitadoras de aprendizagem com aplicação a aula presencial com: Exposição dialogada e Estudos dirigidos.</p> <p>A avaliação dos alunos será realizada através de sua participação durante os cursos, onde se verificará a absorção das técnicas ministradas e do conteúdo teórico dos conhecimentos transmitidos e frequência de participação nas aulas igual ou superior a 80%.</p>
Bibliografia Básica:	<p>AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais – DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.</p> <p>BENITES, A. C. <i>et al.</i> Relação entre transtorno do ciclo vigília-sono e trabalho noturno: desafios à segurança e saúde do trabalhador. Revista Laborativa, Assis, v. 2, n. 2, p. 86-107, out. 2013.</p> <p>BERNARDO, V. M. <i>et al.</i> Efeitos do trabalho em turnos na qualidade do sono de policiais: uma revisão sistemática. Revista Cubana de Medicina Militar, Havana, v. 44, n. 3, p. 334-345, 2015.</p> <p>BORGES, R.; IANNINI, C. Efeitos do trabalho noturno sobre o sono do policial militar. Valparaíso de Goiás, 2018.</p> <p>CALAZANS, M. E. de. Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 206- 211, jan. 2010.</p> <p>LOPES, M. Endividamento x Planejamento financeiro pessoal: um estudo com policiais militares do estado da Paraíba. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.</p> <p>MARQUES, F. Z. C.; CHEDID, S. B.; EIZERIK, G. C. Resposta sexual humana. Revista de Ciências Médicas, Campinas, v. 17, n. 3/6, p. 175-183, 2008.</p> <p>MINAYO, C.; SOUZA, E. R. de; CONSTANTINO, P. Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in) segurança pública. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 23, n. 11, p. 2767-2779, 2007.</p> <p>MUNIZ, J. de O. Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. 1999. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.</p> <p>PINHEIRO, F. K. B.; VINHOLES, D. B.; TREVISOL, F. S. Prevalência de</p>



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

	<p>disfunção sexual e fatores associados entre policiais militares. Revista Brasileira de Medicina, v. 70, n. 8, p. 313-318, 2012.</p> <p>SADOCK, B. J.; SADOCK, V. A.; RUIZ, P. Compêndio de psiquiatria: ciência do comportamento e psiquiatria clínica. 11. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.</p>
Modalidade:	Presencial
Avaliação:	A avaliação do desempenho do aluno, concebida como mediadora da aprendizagem, basear-se-á na realização de atividades avaliativas desenvolvidas no decorrer do curso, sendo aprovado o aluno que obtiver na prova final média igual ou superior a 6,0 (seis) e frequência igual ou superior a 80% da carga horária do curso.
Disciplina 5:	O Suicídio
Carga Horária:	06 h/a
Objetivo:	Refletir sobre o suicídio e entender como ocorre o comportamento suicida; conhecer os números que refletem os casos de suicídio no Brasil e como os fatores de riscos e os fatores de proteção funcionam, além de compreender a discussão dentro da realidade dos agentes de segurança pública no Brasil; por fim, visualizar o suicídio como um problema de saúde pública e que é algo que pode ser evitado.
Ementa:	Entendendo o comportamento suicida (contexto histórico, dados estatísticos, entendendo o suicídio e o comportamento suicida); O comportamento suicida (susceptibilidade ao suicídio, fatores de risco e fatores de proteção); O suicídio entre profissionais de segurança pública (análise de dados estatísticos, prevenção, posvenção e encaminhamento do paciente.).
Metodologia:	A disciplina terá em seu conjunto metodologia ativa e participativa, com aulas expositivas e dialogadas, atividades em grupos e individuais para a facilitação do aprendizado; Serão adotadas técnicas estimuladoras de aprendizagem, para assimilação do conteúdo teórico e relacionada com a experiência prática. Serão utilizadas técnicas e atividades planejadas facilitadoras de aprendizagem com aplicação a aula presencial com: Exposição dialogada e Estudos dirigidos; A avaliação dos alunos será realizada através de sua participação durante os cursos, onde se verificará a absorção das técnicas ministradas e do conteúdo teórico dos conhecimentos transmitidos e frequência de participação nas aulas igual ou superior a 80%.



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Bibliografia
Básica:

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais – DSM-5V. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA. Suicídio: informando para prevenir. Brasília: Conselho Federal de Medicina; Associação Brasileira de Psiquiatria, 2014.

BOTEGA, N. Crise suicida: avaliação e manejo. Porto Alegre: Artmed, 2015.

BOTEGA, N. J. *et al.* Prevenção do comportamento suicida.

Psico, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 213-220, set/dez. 2006.

BOTEGA, N. J.; FURLANETTO, L.; FRÁGUAS J. R. Tentativa de suicídio. *In*: BOTEGA, N. (org.). Prática psiquiátrica no hospital geral: interconsulta e emergência. 2. ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Prevenção do suicídio: manual dirigido a profissionais das equipes de saúde mental. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2006. 76 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Suicídio. Saber, agir e prevenir. Boletim epidemiológico, Brasília, DF, v. 48, n. 30, 2017.

DURKHEIM, E. O suicídio. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MIRANDA, D. A. (org.). Diagnóstico e prevenção do comportamento suicida na polícia militar do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2016.

MUNIZ, J.; SOARES, B. M. (coord.). Mapeamento da vitimização de policiais no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, 1998.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Prevenção do suicídio: um manual para profissionais da saúde em atenção primária. Genebra: Departamento de Saúde Mental, 2000.

SÃO PAULO (Estado). Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo. Uma análise crítica sobre suicídio policial. São Paulo: SSP, 2019.

SOUSA, J. E. P. Tentativas de suicídio e suicídios em profissionais de segurança pública do Estado do Ceará: magnitude, perfil e fatores associados. 2016. 199 f.

Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Faculdade de



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

	<p>Medicina, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.</p> <p>SOARES, M. H. A enfermagem prevenindo o suicídio por meio do relacionamento terapêutico. Curitiba: Appris, 2019.</p> <p>WERLANG, B. G.; BOTEGA, N. J. Comportamento suicida. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p>
Modalidade:	Presencial
Avaliação:	A avaliação do desempenho do aluno, concebida como mediadora da aprendizagem, basear-se-á na realização de atividades avaliativas desenvolvidas no decorrer do curso, sendo aprovado o aluno que obtiver na prova final média igual ou superior a 6,0 (seis) e frequência igual ou superior a 80% da carga horária do curso.
Disciplina 6:	Prevenção, Promoção e Tratamento da Saúde Mental
Carga Horária:	08 h/a
Objetivos:	Conhecer, por meio de base teórica, diversos temas relacionados a prevenção, promoção e tratamento da saúde mental do agente de segurança pública.
Ementa:	Desconstruindo rótulos (crenças equivocadas, preconceitos e bullying); Psiquiatria e Psicologia; Psicofarmacologia e terapias complementares; Rede de assistência do SUS; Responsabilidade do cuidado (institucional, grupo e individual).
Metodologia:	<p>A disciplina terá em seu conjunto metodologia ativa e participativa, com aulas expositivas e dialogadas, atividades em grupos e individuais para a facilitação do aprendizado.</p> <p>Serão adotadas técnicas estimuladoras de aprendizagem, para assimilação do conteúdo teórico e relacionada com a experiência prática. Serão utilizadas técnicas e atividades planejadas facilitadoras de aprendizagem com aplicação a aula presencial com: Exposição dialogada e Estudos dirigidos.</p> <p>A avaliação dos alunos será realizada através de sua participação durante os cursos, onde se verificará a absorção das técnicas ministradas e do conteúdo teórico dos conhecimentos transmitidos e frequência de participação nas aulas igual ou superior a 80%.</p>
Bibliografia Básica:	ALMEIDA, I. S. de; CAMPOS, G. W. de S. Análise sobre a constituição de uma rede de saúde mental em uma cidade de



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

grande porte. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 7, p. 2715-2726, 2019.

ANDRADE, E. R.; SOUSA, E. R. de; MINAYO, M. C. de S. Intervenção visando a auto-estima e qualidade de vida dos policiais civis do Rio de Janeiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.14, n. 1, p. 275-285, 2009.

AMARANTE, P.; NUNES, M. de O. A reforma psiquiátrica no SUS e a luta por uma sociedade sem manicômios. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 2067-2074, 2018.

BARBOSA, L. M.; MENEZES, C. N. B. A importância do apoio psicológico na saúde mental dos policiais militares de Fortaleza. *Psicologia Argumento*, Curitiba, v. 35, n. 89, ago. 2019.

BECK, M. L. G.; MAGALHÃES, J. Exercícios físicos e seus benefícios a saúde mental: intersecções entre a educação 50 • Módulo 6 Prevenção, Promoção e Tratamento da Saúde Mental física e a psicologia. *Rev. Fac. Educ.*, Cáceres, v. 28, n. 2, p. 129-148, jul./dez. 2017.

BRASIL. Lei n.º 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Biblioteca Virtual da Saúde. 18/5 – Dia Nacional da Luta Antimanicomial. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2018.

BRASIL. Projeto de Lei n.º 74, de 2014. Altera o Decreto-Lei n.º 2.848/1940 – Código Penal – para tipificar o crime contra as pessoas com deficiência ou transtorno mental. Brasília, DF: Senado Federal, 2014.

CORTELLA, M. S.; KARNAL, L.; PONDÉ, L. F. Felicidade: modos de usar. São Paulo: Planeta Brasil, 2019.

COUTO, G. *et al.* Saúde mental do policial militar: relações interpessoais e estresse no exercício profissional. *Psicol. Argum.*, Curitiba, v. 30, n. 68, p. 185-194, jan./mar. 2012.

DEJOURS, C. A loucura do trabalho: estudo da psicopatologia do trabalho. 5. ed. São Paulo: Oboré, 1992.

LEONARDO, B. C. *et al.* Prevalência de transtornos mentais e utilização de psicofármacos em pacientes atendidos em um ambulatório médico de especialidades. *Arquivos Catarinenses de Medicina*, Florianópolis, v. 46, n. 2, p. 39-52, 2017.

MACEDO, J. P.; DIMENSTEIN, M. Formação do psicólogo para a saúde mental: a psicologia piauiense em análise. *Interface - Comunic., Saude, Educ, Botucatu*, v. 15, n. 39, p. 45-57, dez. 2010.

MENEGUCI, J. *et al.* Atividade física e comportamento sedentário: fatores comportamentais associados à saúde de idosos. *Arquivos de Ciências do Esporte*, Uberaba, v. 4, n. 1, p. 27-28, 2016.



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

	<p>PERCY, A. Nietzsche para estressados. Tradução de Rodrigo Peixoto. Rio de Janeiro: Sextante, 2011.</p> <p>PEREIRA JÚNIOR, A. do C. Interações medicamentosas, transtornos mentais comuns e uso de psicofármacos na Atenção Primária à Saúde: reflexo na qualidade de vida. 2019.</p> <p>Tese (Doutorado em Enfermagem Psiquiátrica) –Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2009.</p> <p>SMITH, C. A. <i>et al.</i> Acupuncture for depression. The Cochrane Database of Systematic Reviews, Penrith, v. 3, n. 3, 2018.</p> <p>VIANA, V. Psicologia, saúde e nutrição: contributo para o estudo do comportamento alimentar. <i>Análise Psicológica</i>, Lisboa, v. 20, n. 4, p. 611-624, 2002.</p>
Modalidade:	Presencial
Avaliação:	A avaliação do desempenho do aluno, concebida como mediadora da aprendizagem, basear-se-á na realização de atividades avaliativas desenvolvidas no decorrer do curso, sendo aprovado o aluno que obtiver na prova final média igual ou superior a 6,0 (seis) e frequência igual ou superior a 80% da carga horária do curso.



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
ANEXO 6

ESPECIFICAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA

ENDEREÇO E LOGOTIPO

REQUERIMENTO DE DESISTÊNCIA

Eu, _____, com
estado civil de: _____, residente e domiciliado(a)
na: _____ nº _____,
bairro: _____, CEP: _____,
cidade: _____, UF: _____, Tel: _____,
Cel: _____. Portador(a) do CPF nº _____,
inscrito(a) no RG nº _____, ocupante do Cargo
Público: _____ e lotado no(a):
_____, venho através desta, **REQUERER** minha
DESISTÊNCIA DO Curso de Saúde Mental e Qualidade de Vida na Segurança Pública –
CONVÊNIO, turma: ____, pelos motivos ora expostos:

Nestes termos, pede-se deferimento.

Maceió/AL, _____ de _____ de 202x

Assinatura do Requerente



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
ANEXO 7

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

Identificação da Empresa:

Identificação do Serviço: Curso de Saúde Mental e Qualidade de Vida na Segurança Pública

Período: 1 Semana

Turno: Manhã

Turma:

Carga Horária 40h

Participantes: 40 discentes.

Período: 1 Semana

1. Materiais e equipamentos

Especificação	Valor unitário	Valor total
1. Espaço para realização do Curso 2.		
1. Coffee break 2.		
Materiais de Expediente: 1. Pasta personalizada 2. 1. Crachá personalizado 2. 1. Apostila (material didático impresso) 2. 1. Caneta 2. 1. Bloco de anotações 2. 1. Certificado de conclusão 2.		



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Equipamentos e recursos: 1. Audiovisuais 2. 1. Multimídia 2. 1. Informática 2.		
1. Materiais descartáveis 2.		

2. Recursos Humanos

2.1 Docentes

Disciplina	Valor hora/aula	Valor total
Saúde Mental e Qualidade de Vida		
Principais Conceitos da Saúde Mental		
Riscos e Agravos da Saúde Mental do Agente de Segurança Pública		
Principais sintomas do Adoecimento		
O Suicídio		
Prevenção, Promoção e Tratamento da Saúde Mental		

2.2 Apoio

Coordenação	Valor unitário	Valor total
Coordenador do curso		



**ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
ANEXO 8**

Relatório fotográfico detalhado diário no qual constem as fotos dos alunos e professores, bem como o coffee break, kit do aluno e/ou serviços ofertados.

TR - Pregão - Serviços Não Continuados



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO FUNESP Nº (...)/(20...), QUE ENTRE SI CELEBRAM O(A) (...ESTADO DE ALAGOAS, POR INTERMÉDIO DA(O) (...ÓRGÃO...)/AUTARQUIA/FUNDAÇÃO...) E A EMPRESA (...), PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

CONTRATANTE: O(A) (...Estado de Alagoas, por intermédio da(o) (...órgão...)/Autarquia/Fundação...), inscrita(o) no CNPJ sob o nº (...) e com sede na (...endereço...), representado(a) pelo (...cargo do ordenador de despesas...), Sr. (...nome...), nomeado pela Portaria nº (...), de (...) de (...) de 20(...), publicada no DOE/AL de (...) de (...) de 20(...), portador da matrícula funcional nº (...), conforme autorização governamental publicada no Diário Oficial do Estado de Alagoas de (...) de (...) de 20(...);

Notas Explicativas:

A adoção de “Estado de Alagoas, por intermédio da(o) (...órgão...),” será feita apenas quando a unidade orçamentária for órgão da Administração Direta; acaso contrário, adotar o nome da autarquia ou fundação unidade orçamentária.

A autorização governamental é necessária apenas nas contratações acima de R\$ 350.000,00.

CONTRATADA: A empresa (...nome...), inscrita no CNPJ sob o nº (...), estabelecida na (...endereço...) e com o seguinte endereço eletrônico (...@...), representada pelo seu (...cargo do representante legal...), Sr. (...nome...), de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por (...procuração/contrato social/estatuto social...), inscrito no CPF sob o nº (...);

As CONTRATANTES, nos termos do Processo nº (...) e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, celebram o presente Termo de Contrato, decorrente do Edital do Pregão Eletrônico nº (...)/(20...), mediante as cláusulas e condições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do Termo de Contrato é a contratação do(s) serviço(s) de (...), conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. O Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Local de Execução	Horário ou Período	Valor (R\$) ou Percentual de Desconto (%)	Requisição Mínima	Requisição Máxima
(...)	(...)	(...)	(...)			(...)	(...)	(...)



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. A contratação tem prazo de vigência até **31 de dezembro do corrente ano**, contado da data de publicação do extrato contratual no Diário Oficial do Estado, a partir de quando as obrigações assumidas pelas partes serão exigíveis, sendo prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. **O valor mensal do Termo de Contrato é de R\$ (...) (...por extenso...), perfazendo o valor global de R\$ (...) (...por extenso...).**

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. **O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.**

Nota Explicativa:

Caso se trate de contrato de valor estimativo, em que a própria demanda pelos serviços é variável, cabe inserir o subitem 3.3.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes da contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Estado de Alagoas, para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 19563/ 190563

Fonte: 0713 -Transferência Fundo a Fundo de Recursos do Fundo de Segurança Pública – FSP;

Programa de Trabalho: PT:06.122.0006.3026 -Valorização dos Profissionais de Segurança Pública;

Elemento de Despesa: 33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros – PJ

Grupo: sub elemento 05 - Serviços Tecnicos Profissionais

PI: 210

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo ao Termo de Contrato.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo ao Termo de Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. **Não haverá exigência de garantia de execução para a contratação.**



ESTADO DE ALAGOAS

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

8. CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

1.1. As regras acerca dos requisitos da contratação, modelo de execução do objeto, gestão do contrato e critérios de mediação e pagamento, materiais a serem disponibilizados e recebimento e aceitação do objeto são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo ao Termo de Contrato.

1.2. A contratação tem prazo de execução de (...) (...dias/meses...), contados do efetivo recebimento da Ordem de Serviço, e seguirá o seguinte cronograma físico-financeiro:

1.2.1. (...) – (...início e conclusão...);

1.2.2. (...) – (...início e conclusão...);

1.2.3. (...) – (...início e conclusão...);

9. CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1. As regras acerca do acompanhamento e fiscalização do contrato são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo ao Termo de Contrato.

10. CLÁUSULA DEZ – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. As regras acerca das obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo ao Termo de Contrato.

11. CLÁUSULA ONZE – DA SUBCONTRATAÇÃO

22.14. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

12. CLÁUSULA DOZE – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca das sanções administrativas são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo ao Termo de Contrato.

13. CLÁUSULA TREZE – DA RESCISÃO

13.1. O Termo de Contrato poderá ser rescindido:

13.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Termo de Contrato;

13.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório e à ampla defesa.

13.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.4. O termo de rescisão será precedido de relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

14. CLÁUSULA QUATORZE – DAS VEDAÇÕES

14.1. É vedado à CONTRATADA:



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

14.1.1. Caucionar ou utilizar o Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

14.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

15. CLÁUSULA QUINZE – DAS ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Termo de Contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as CONTRATANTES poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Termo de Contrato.

16. CLÁUSULA DEZESSEIS - DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002, e em demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DEZESSETE – DA PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do Termo de Contrato, por extrato, no Diário Oficial do Estado, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

18. CLÁUSULA DEZOITO – DO FORO

18.1. É eleito o Foro da Comarca de Maceió – AL para dirimir os litígios que decorrerem da execução do Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º, da Lei nº 8.666, de 1993.

Para firmeza e validade do pactuado, o Termo de Contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, o qual, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelas CONTRATANTES.

Maceió (AL), em (...) de (...) de (...).

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHA CPF Nº

TESTEMUNHA CPF Nº